

Neurose Brasileira

Márcio Garcia¹

Na quarta-feira, os chefes do Executivo e do Legislativo federal reuniram-se e dirigiram-se à nação para acalmar os mercados, após o Ministro da Economia ter reconhecido uma debandada de membros da equipe econômica frente ao percebido abandono do programa econômico liberal pelo Presidente, hoje integralmente focado na sua reeleição em 2022. O evento é tão somente um pequeno episódio a mais na saga de superação da principal neurose que aflige nossa economia: gastar muito e gastar mal.

Em termos macroeconômicos, a novidade, anterior mesmo à pandemia, é que, não obstante o persistente desequilíbrio fiscal estrutural da economia brasileira, inflação e juros estão excepcionalmente baixos. Isso é realmente inédito em nossa história. Em 1979, quando a inflação avançava para os níveis argentinos de hoje, 40-50% ao ano, houve a famosa revoada de empresários à Brasília para saudar a política expansionista do novo ministro, que prometia estabilizar a economia e estimular o crescimento. A inflação superou os 100% já em 1980, e os 200% em 1984, nos colocando no rumo da hiperinflação. O PIB caiu 8,5% nos 9 trimestres entre 1981.I e 1983.I.

A história dos planos econômicos de combate à hiperinflação é bem conhecida. Começa no plano Cruzado, em 1986, e só termina quase uma década depois, no plano Real, em 1994, após inúmeros planos fracassados, sempre com grande desequilíbrio fiscal.

A longa crise da hiperinflação acabou gerando as condições para se construir algum consenso político para mitigar a expansão dos gastos públicos e possibilitar o sucesso do plano Real. Mas o sucesso abriu caminho para o endividamento, possibilitando novamente a ganância nos anos iniciais do Real. A crise asiática, de 1997, serviu como alerta. Do famoso pacote de FHC com 51 medidas drásticas, quase nada foi implementado, e juros tiveram de ser elevados a patamares estratosféricos para manter o câmbio e a inflação sob relativo controle. Só com o acordo com o FMI, a partir do final de 1998, e logo revisto após a desvalorização em 1999, foram enfim instituídas metas fiscais, que iniciaram um longo período de superávits primários (sem contar a despesa pública com juros), gerados primordialmente pelo lado da receita. O gráfico mostra a trajetória contínua de aumento de gastos e de carga tributária, com superávits primários até 2013.

Após a grave crise de 2002, quando o dólar chegou perto dos R\$ 4 (o que corresponderia a cerca de R\$ 7,50 hoje), Lula viu o abismo, e foi forçado a manter os superávits primários. Mas quando a bonança internacional permitiu, voltou a aumentar os gastos, sob o olhar benevolente de um ministro da Fazenda gastador. A partir de 2011, com a queda do crescimento, Dilma dobrou a aposta, com a política do “gasto é vida”, e acabou por elevar a inflação e engendrar uma recessão de 11 trimestres, 2014.II a 2016.IV, com queda de 8% no PIB.

¹ Ph.D. por Stanford, Professor Titular do Departamento de Economia da PUC-Rio, Cátedra Vinci Partners, escreve mensalmente neste espaço (<https://sites.google.com/view/mgpgarcia>).

A expansão desenfreada de gastos públicos entre nós, portanto, perpassa o espectro político. Ocorre sempre, exceto quando encontra um limite duro, geralmente uma crise, tipicamente muito dolorosa, sobretudo para os mais humildes e desprotegidos. O apelo ao Teto de Gastos é a tentativa de conseguir que limites à contínua expansão dos gastos públicos sejam impostos, aos poucos, de forma negociada, pela Política (assim, com P maiúsculo) antes que sobrevenha nova crise de grandes proporções.

A melhor forma de entender o Teto de Gastos é imaginar o que poderá acontecer se não for respeitado. A dívida pública voltará a uma trajetória explosiva, o que, mais cedo ou mais tarde, desencadeará outra grave crise. Os que propõem que exceções ao teto de gastos—sempre meritórias, temporárias e de custo reduzido—parecem não levar em conta que a negociação da redução da expansão dos gastos traz necessariamente tensão. Há sempre uma obra inacabada e importante ou um programa de gastos inadiável que precisa de poucos bilhões a mais. Mas sem o teto, não serão acionados os gatilhos que permitirão o contingenciamento de despesas obrigatórias injustificáveis, como vencimentos de R\$ 150 mil ou mais que são pagos sob diversas formas a altos funcionários públicos, em diversos estados da federação, enquanto o teto de remuneração do funcionalismo da esfera federal é de R\$ 39.293,00.

A explicitação do apoio ao Ministro da Economia e ao teto de gastos, dado na quarta-feira, é importante e traz esperanças. Mas, ao se tornar necessária, desencadeou inevitável ceticismo quanto à possibilidade de Paulo Guedes conseguir levar adiante sua agenda de reformas. Tudo indica que o Presidente contempla gastos cada vez mais fartos para viabilizar sua reeleição. E a conjuntura de alta liquidez ao redor do mundo, com muitos governos endividando-se à larga por conta da pandemia, cria ambiente favorável ao relaxamento fiscal. Mas, não nos iludamos. Em algum momento, virá a reversão que nos forçará a fazer um ajuste. Tão mais custoso quanto mais longe prosseguirmos na gastança pública.

